



A Santa Casa Montes Claros recebeu, nessa quarta-feira (20), a visita técnica da equipe do Ministério da Saúde. O objetivo foi entender de perto o funcionamento do serviço de oncologia da instituição, que é referência para os 86 municípios do Norte de Minas. Os técnicos do Ministério da Saúde demonstraram interesse especial no projeto de expansão do atendimento oncológico para o município de Taiobeiras (MG), onde já é oferecido o serviço de oncologia clínica.

SAÚDE 6

Ministério da Saúde destaca Santa Casa como modelo de excelência na descentralização do atendimento oncológico

REGIONAL 7

Evento gratuito discute gestão da sucessão nos negócios rurais em Montes Claros

CIDADE 5

HDG lança campanha solidária para arrecadar donativos e aquecer vidas neste inverno

CIDADE 4

CIDADE 5

Unimontes promove seminário sobre audiovisual e economia criativa



A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) realizou, nessa terça-feira (20), o Seminário Audiovisual Unimontes – Governança, Formação e Mercado, com o objetivo de fortalecer a cultura e impulsionar a economia criativa no Norte de Minas. A abertura foi presidida pelo reitor, professor Wagner de Paulo Santiago, no auditório do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), campus-sede da universidade.

ASCOM UNIMONTES

REGIONAL 7

Produtores rurais cobram instituição financeira na Justiça por descumprir liminar de renegociação de dívidas

POLÍTICA 3

CCJ aprova fim da reeleição, mandatos de cinco anos e eleições unificadas

Dia Livre de Impostos acontece dia 29 de maio em todo o país!

O Dia Livre de Impostos acontece há 19 anos com o intuito de conscientizar a população, o poder público e o varejo a respeito da alta carga tributária paga no Brasil. Este ano, a ação será realizada no dia 29 de maio, quando lojistas dos 26 estados e do Distrito Federal vão comercializar seus produtos e serviços sem repassar o valor da tributação aos clientes.



DIVULGAÇÃO

Militares apreendem drogas e prende jovem suspeito de tráfico no bairro Major Prates

Policías prenderam um jovem de 20 anos suspeito de tráfico de drogas. Durante o turno de serviço, equipe de militares foram acionados e, durante atendimento desta ocorrência, quando em deslocamento para o local dos fatos, um jovem que estava sentado na calçada, ao perceber a presença policial, levantou-se e saiu correndo, porém foi alcançado e abordado por um dos militares.

SEGURANÇA PÚBLICA 8



PMMG

Bebês Reborn e a sociedade da perversão

Nessas últimas semanas, venho sendo solicitado por muitas pessoas, da família, clientes, seguidores, colegas, a levantar a minha voz para falar do fenômeno dos bebês Reborn (em tradução livre, bebês nascidos novamente. Percebe? O problema já começa no nome). Para quem vive protegido do mundo das Redes Sociais e do Fantástico, bebês Reborn são bonecas super realistas que gemem, se mexem, comem, dormem, choram, como um bebê nascido de forma tradicional, com mãe e pai humanos. Isso está gerando uma série de comportamentos bizarros, como reuniões de mães, postagens nas Redes Sociais e criação de uma espécie de tribo de bonecas realistas e os orgulhosos e preocupados pais e mães desses bebês-bonecas. Uma advogada postou que uma “mãe” do quase bebê veio discutir a guarda do mesmo com o marido. A guarda e as despesas.

Confesso que estava fugindo do tema. Quando assisti psicanalistas, psiquiatras e pastores falando sobre o assunto, aprofundou-se minha preguiça. É fácil espinaftrar essas pessoas e enquadrá-las em algum transtorno delirante ou dissociativo, previstos pelos manuais de Psiquiatria. Levantar a voz para me somar à onda de ridículo e escândalo voltada a esse grupo. Isso é obviamente um comportamento bizarro numa sociedade que joga os holofotes sobre pessoas com

comportamentos bizarros. Gostaria de avisar que esse artigo vai recusar apontar dedos ou diagnósticos contra essas pessoas. Vamos recuar as nossas lentes e tentar entender como nosso isolamento do Real está criando grupelhos e tribos que não se sentem limitados por essa velha e fora de moda senhora, a Realidade, criando sua própria narrativa, imposta ao mundo como verdade.

Posso usar como exemplo a história desse menino-pastor, que paga a história que sua capacidade de pregar a palavra deriva de um milagre: ele nasceu surdo e mudo e, através da oração de sua mãe, formou as cordas vocais e os tímpanos que não existiam. Não existe nenhum exame de imagem ou avaliação médica que comprovem essa narrativa. A sua mãe, e empresária, afirma que perdeu todos os registros. Mas isso é secundário. A narrativa fantástica encontra sempre gente desesperada para acreditar. Sem necessidade de comprovação.

Quando eu dava aula de Psiquiatria a alunos da faculdade de Medicina, ensinava da importância de se testar nos pacientes a Função do Real. O que seria isso? Seria a capacidade de avaliar se aquilo que se percebe ou acredita corresponde, ou não, à Realidade. Um marido que acusava a esposa de infidelidade, por exemplo. Ele pode basear sua acusação em mensagens do WhatsApp, curtidas no

Instagram ou à chegada da esposa em casa com cheiro de sabonete de Motel, seja lá o que isso significa. Ou simplesmente afirmar que encontrou um maço de cigarros na mureta de sua casa. Mas quem garante que aquele maço pertence ao Ricardão? O delirante afirma que tem certeza que aquele cigarro não é seu e foi esquecido pelo amante antes de fugir. Essa é uma alteração da Função do Real: uma convicção delirante que aquele maço foi deixado pelo amante ou por um agente da KGB. Ou do Mossad. Sem necessidade de comprovação.

Hoje, vivemos em nossa civilização digital a Pós Verdade: cada um espalha notícias e narrativas falsas, que são prontamente propagadas como verdade pelos tiozinhos do WhatsApp, como verdades absolutas. Nos Estados Unidos houve o caso de uma pizzeria destruída por uma multidão enfurecida porque circulou a história falsa que em seu subsolo havia um local que era habitado por pedófilos. Sem necessidade de checagem dos fatos.

A Perversão, do ponto de vista psicodinâmico, é justamente essa tendência de impor à Realidade a minha vontade, sem necessidade de ancoragem no Real. O perverso inventa e manipula vontades e consciências no sentido de sua própria vontade e prazer. Se eu tenho vontade de apalpar uma moça boni-

ta, vou lá e faço sem precisar saber se ela consente ou não com aquilo. Imponho minha vontade e pronto. Essa é a dinâmica do abuso. Eu quero, eu imponho e acabou. Lembro de um cliente que adoeceu com um chefe que prometeu ao diretor uma meta inatingível a passou a cobrar e pressionar a equipe para entregar o resultado impossível. Isso é uma forma de Perversão: impor a minha vontade sobre a Realidade. E dane-se o outro.

O mal estar que sentimos com o fenômeno dos bebês Reborn é mesmo que meu cliente tem com a mentira do seu chefe: é a im-

posição de uma ideia, uma fantasia, por sobre a Realidade, criando uma Realidade paralela que ignora e não se incomoda com a verdade. Não é um bando de adultos brincando de boneca. É uma vivência que ignora, ou não se importa, com a instância do Real. Quem está fora desse túnel de Realidade tem a impressão que o mundo está acabando. O Apocalipse é um bando de pessoas ninando bebês de plástico, levando para o Posto de Saúde com uma gripe imaginária.

Essa é a Perversão que nos assola a todos: vivemos dentro do Virtual uma fantasia de perfeição

enquanto ignoramos a dor e a imperfeição debaixo de nosso nariz. Pois a Realidade é suja e imperfeita. Um Bebê de verdade vomita, tem cólicas, tira o sono de seus pais. Não é uma experiência fácil, nem previsível.

O mundo virtual promete uma vida sem frustrações, sem noites em claro. Só sorrisos e fotos para colocar nos chás e encontros dessa nova comunidade. O que incomoda não é a fantasia levada ao extremo. O que incomoda é a perda impressionante do contato com a Realidade. E ignorar a realidade nunca termina bem para ninguém.



Alta performance, baixa saúde

No Brasil, transtornos mentais já são a terceira principal causa de afastamento do trabalho. Em muitos casos, por trás dos laudos de ansiedade, depressão ou burnout, está uma lógica de produtividade tóxica: uma cultura que reduz cada hora em capital, encara cada pausa como desperdício e reduz cada pessoa a recurso.

Desde 2019, o burnout passou a ser reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como uma sín-

drome ocupacional. Trata-se de um esgotamento crônico causado por condições laborais desgastantes, marcado por exaustão física e emocional, despersonalização e perda de sentido. Esse aumento dos afastamentos por transtornos mentais nos últimos anos é sinal de que algo estrutural precisa ser revisto.

Não se trata de romantizar a vida, mas de reconhecer que na base dessa cultura está a ideia de que o valor de

alguém se mede pela sua utilidade. Essa lógica não é neutra, pois reforça desigualdades, penaliza quem precisa desacelerar, e ignora o fato de que nem todos partem do mesmo ponto.

Um efeito colateral psicológico disso é o impacto relacional. Vínculos afetivos enfraquecem quando tudo gira em torno do trabalho. Relações familiares, amizades e até a vida comunitária são consumidas pela lógica do “agora não posso”. O excesso de

ocupação não afeta só o trabalhador: atinge o entorno, reduz a convivência e empobrece o tecido social.

A tecnologia também desempenha um papel nesse cenário. A promessa de autonomia que veio com o trabalho remoto e os dispositivos móveis se converteram em disponibilidade permanente. Responder mensagens fora do expediente, participar de reuniões em fusos distintos, lidar com demandas a qualquer

hora — tudo isso dissolveu as fronteiras entre tempo de viver e tempo de produzir.

Nesse cenário, modelos alternativos de organização do tempo ganham relevância. Em diversos países, novas jornadas de trabalho estão sendo testadas. No Brasil, um projeto-piloto com universidades e empresas privadas avalia o modelo 4x3, que busca manter ou elevar a produtividade, reduzir o estresse,

melhorar a saúde mental e aumentar a satisfação das equipes.

Mais que uma pauta corporativa, trata-se de uma discussão sobre valores. Qual o custo humano de uma cultura que glorifica a sobrecarga? Talvez o avanço esteja menos em fazer mais, e mais em permitir pausas, limites e humanidade. Produtividade que adoecce não é progresso — é retrocesso disfarçado de eficiência.

Transição da economia linear para circular demanda inovações da indústria química

A indústria química é provedora de soluções e está na base de todos os setores industriais, como agricultura, bens de consumo, construção civil, higiene, medicamentos, entre outros, desenvolvendo produtos que contribuem para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Por meio da iniciativa voluntária Responsible Care®, criada no Canadá, em 1984 e atualmente adotada em mais de 70 países, inclusive no Brasil, desde 1992, o setor investe na melhoria contínua do gerenciamento das plantas industriais para aumentar a segurança na produção, dos produtos químicos em todo o seu ciclo de vida e melhorar seu desempenho em saúde, segurança e meio ambiente.

As empresas do setor trabalham para aumentar a eficiência de seus processos produtivos, promovem o reúso de água das chuvas nas plantas industriais, usam subprodutos para a geração de energia e produção de novos produtos, reduzindo a geração de resíduos.

A revalorização dos resíduos por meio do seu retorno ao processo produtivo na forma de matéria-prima faz parte do DNA do setor. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), em 2006, a indústria

química nacional reaproveitava cerca de 7% dos resíduos perigosos e 15% dos resíduos não-perigosos, já em 2020, esse índice atingiu respectivamente 74% e 44%.

Os investimentos do setor em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) possibilitam à indústria química criar produtos sustentáveis, feitos com resíduos e materiais provenientes de fontes renováveis, como ésteres graxos ou ácidos graxos de origem vegetal, oriundos de sementes e resíduos do agronegócio, sem prejudicar a produção de alimentos.

Como a indústria química está na base de praticamente todos os segmentos econômicos suas soluções são fundamentais para as demais indústrias possam atingir suas metas de descarbonização, incluindo o Escopo 3 do GHG Protocol, que considera as emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes na origem ou no final da cadeia de valor.

O engajamento do setor é essencial para a transição de uma economia linear para uma circular em que as empresas possam reciclar, reutilizar e eliminar o descarte de resíduos, processo cada vez mais necessário conforme a quantidade de resíduos gerados no país aumenta. Segundo

a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), em 2023 foram gerados mais de 80,9 milhões de toneladas de resíduos sólidos no país, cerca de 5% a mais do que no ano anterior, quando foram geradas 77 milhões de toneladas de resíduos.

A circularidade promovida pelos avanços da indústria química estimula novas oportunidades de negócios por meio do desenvolvimento de produtos sustentáveis, que atendem às novas demandas do consumidor, que busca e está disposto a pagar mais por um produto sustentável. Segundo a pesquisa PwC's 2024 Voice of the Consumer Survey, feita com mais de 20 mil pessoas em 31 países, incluindo o Brasil, mesmo em um cenário de inflação alta, os consumidores estão dispostos a pagar até 9,7% a mais em bens produzidos ou adquiridos de forma sustentável.

Os avanços da indústria química têm possibilitado às empresas criar produtos sustentáveis feitos com resíduos e materiais de base renovável. Atualmente, produtos como o PET podem ter mais de um ciclo de vida, comumente utilizado como embalagem pela indústria de alimentos e bebidas o PET já é reciclado e usado pela indústria calçadista e de vestuá-

rio em produtos premium.

Outros produtos da indústria química, menos conhecidos pelo seu nome, mas presentes no dia a dia das pessoas também podem ser reciclados e ter uma “segunda vida”, é o caso do poliuretano (PU). A espuma de PU, que está presente em colchões, travesseiros, estofamento de carros, entressola e palmilha de calçados, no isolamento térmico dos refrigeradores, entre outras aplicações, pode ser reciclada e usada para a fabricação de um produto novo.

Os resíduos de PU da cadeia do frio já podem ser combinados a poliol feito a partir de fontes renováveis para a produção de um produto sustentável, que mantém as características de isolamento térmico e acústico de um PU novo e produzido com matéria-prima de origem petroquímica. O produto sustentável já pode ser usado na cadeia da construção civil em portas e painéis termoacústicos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, que tem como princípios fundamentais reduzir a geração de resíduos, implementar sistemas de logística reversa, incentivar a indústria de reciclagem e fomentar o uso de matérias-primas e

insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados. E o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), de 2022, que apresenta ações para concretizar a PNRS, são medidas públicas importantes para o desenvolvimento da economia circular.

Mas a mudança da economia linear para a circular só será alcançada com o comprometimento de todos os setores econômicos e dos cidadãos. A efetividade das soluções desenvolvidas pela indústria química depende de toda a cadeia de valor. Para que o setor possa reutilizar resíduos de outras indústrias, essas empresas precisam separar e encaminhar seus resíduos. Quando a separação e o envio dos resíduos formam um processo mais barato do que fazer o descarte adequado é fácil optar pela opção sustentável, mas quando o custo for mais elevado essa escolha pode ser mais difícil.

As parcerias entre as indústrias de manufatura e química são fundamentais para criar soluções de logística reversa, como usar o frete que envia produtos novos à manufatura para trazer os resíduos à indústria química ou reduzir os custos logísticos diminuindo volume dos resíduos. Neste caso, as indústrias químicas podem

THAIZE SCHMITZ
DIRETORA DE INOVAÇÃO, NOVOS NEGÓCIOS, MARKETING E SUSTENTABILIDADE DO GRUPO FLEXÍVEL

CCJ aprova fim da reeleição, mandatos de cinco anos e eleições unificadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou nessa quarta-feira (21) a proposta de emenda à Constituição que acaba com a reeleição para presidente da República, governador e prefeito e estabelece um mandato de cinco anos para esses cargos, assim como para os parlamentares (PEC 12/2022). A proposta também define eleições unificadas para todos os cargos a partir de 2034. A matéria vai agora para análise em Plenário, com pedido de urgência.

Os senadores aprovaram substitutivo (texto alternativo) do senador Marcelo Castro (MDB-PI) à proposta de Jorge Kajuru (PSB-GO). Pela nova regra, deputados federais, estaduais e vereadores também passarão a ter mandatos de cinco anos, em vez dos atuais quatro.

Já os senadores, que na proposta inicial passariam de oito para dez anos de mandato, também terão cinco anos, a partir de emenda apresentada pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ). Além disso, a PEC extingue a alternância de eleições para o Senado, determinando que todos os 81 senadores sejam eleitos no mesmo pleito a partir de 2039.

MUDANÇAS | A PEC impede que quem ocupa um cargo no Poder Executivo — presidente, governadores e prefeitos — possa se candidatar à disputa de um segundo mandato consecutivo, mesmo que o político tenha deixado o cargo seis meses antes da eleição. Em troca, os mandatos desses cargos passarão a ser de cinco anos, em vez dos atuais quatro anos.

Os cargos do Legislativo — deputados federais, senadores, deputados estaduais e vereadores — continuam com a possibilidade de reeleição inalterada. Ao mesmo tempo, a duração dos mandatos

também passará para cinco anos. Assim, as legislaturas do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras municipais passarão a ter duração de cinco anos, e não mais de quatro.

Com a uniformização dos mandatos, a PEC também unifica as datas de todas as eleições — municipais, estaduais e federais. Ou seja, todas deverão acontecer juntas, a cada cinco anos. Isso acontecerá a partir de 2034. Hoje, as eleições ocorrem a cada dois anos, alternadamente entre eleições municipais e eleições gerais (que engloba a esfera estadual e federal).

SENADO | Outra inovação é o fim da eleição alternada para o Senado. Atualmente, os senadores são eleitos a cada quatro anos, com dois terços do Senado se renovando em uma eleição e um terço na seguinte. Na nova fórmula, todas as 81 cadeiras do Senado estarão em disputa a cada cinco anos.

A mudança não estava no texto de Marcelo Castro, que previa dez anos de mandato para os senadores e mantinha a alternância. Foi o senador Carlos Portinho que apresentou e defendeu uma emenda nesse sentido.

— Um poder pode ser alternado em dez anos? Pode, mas ele envelheceu ali. A prática democrática que mais atende o eleitor [é] a alternância breve de poder. A proposta que traz a redução para cinco anos respeita um dos maiores princípios democráticos, que é o interesse do eleitor — justificou.

O senador Jorge Seif (PL-SC) também defendeu a redução do tempo de mandato dos senadores.

— A ampliação de oito para dez anos seria mais uma “jabuticaba” brasileira. Tira do eleitor a possibilidade do escrutínio. Nós não podemos ter um poder tão longo

— afirmou.

Durante a reunião, Castro contradiu a emenda de Portinho explicando que a alternância de poder é um termo que se aplica aos cargos do Executivo, mas não ao Legislativo. Além disso, segundo o relator, à exceção da Itália, em todos os demais países em que há duas Casas legislativas os membros de uma delas têm mandato maior do que os da outra. Assim, argumentou que a proposta inicial de mandato dez anos para os senadores estava seguindo um padrão internacional.

Porém, em entrevista coletiva após a votação na CCJ, Castro voltou atrás e anunciou que acataria a sugestão de Portinho.

— Senti que estava formando maioria para o mandato ser de cinco anos, então me rendi a isso. Uma matéria controversa, tem argumento a favor de um lado, tem argumentos a favor de outro, não é uma coisa principal. O principal é o fim da reeleição e a coincidência das eleições para todos — explicou o relator, confirmando também o fim da eleição alternada.

Castro disse esperar que, em face dos novos acordos, a matéria seja votada de maneira consensual no Plenário.

MESAS DIRETORAS | Para compatibilizar a condução do Legislativo com a duração de cinco anos para as legislaturas, as Casas do Congresso Nacional também verão mudanças nas suas mesas diretoras (responsáveis por presidir o órgão). As mesas serão eleitas no início da legislatura para um mandato de três anos, seguido por uma nova eleição para um mandato de dois anos. Continuará valendo a proibição de que os membros das mesas sejam reeleitos para os mesmos cargos dentro da mesma legislatura. A nova regra será aplicada às legislaturas



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

que se iniciarem após as eleições de 2034.

FIM DA REELEIÇÃO | O direito à reeleição para cargos do Executivo não era previsto na Constituição, mas foi introduzido em 1997. Presidente da CCJ, o senador Otto Alencar (PSD-BA) disse que a reeleição é “um dos piores males para o Brasil” e lembrou até que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo governo propôs a mudança, “fez mea culpa” e admitiu que foi um erro. Otto avaliou que a nova PEC será importante para o país.

— Quando termina as eleições municipais, se fala imediatamente na sucessão do governador e do presidente da República. Discute-se mais eleição do que projetos benéficos à solução das dificuldades sociais do povo brasileiro e do crescimento da infraestrutura — comentou.

A opinião foi compartilhada por Marcelo Castro, que também considerou a reeleição um “malefício”. — A introdução da reeleição [foi] completamente contrária a toda a nossa tradição republicana. Eu acho que está mais do que na hora de colocarmos fim a este mal — afirmou o relator, ressaltando que a mudança não valerá para os atuais mandatários, que poderão tentar a reeleição em 2026 se estiverem no primeiro mandato.

UNIFICAÇÃO | Segundo o relator, a unificação das eleições também é positiva porque cada eleição exige muitos recursos e trabalho para ser organizada. O novo formato ajudaria a reduzir os gastos e o governo economizaria dinheiro que poderia ser usado em áreas como saúde e educação. Além disso, para Castro, ter todas as eleições juntas traria mais clareza e organização para os eleitores e

para os próprios políticos.

Primeiro signatário da PEC, o senador Kajuru afirmou que o objetivo principal é dar mais equilíbrio à disputa, já que, segundo ele, quem está no poder tem grande vantagem sobre os concorrentes, como maior visibilidade, acesso à máquina pública e facilidade de articulação política. Isso, para o senador, acaba dificultando a entrada de novas lideranças na política.

EMENDAS | Marcelo Castro rejeitou outras emendas apresentadas, como a do senador Sergio Moro (União-PR) que vedava não a reeleição também em mandatos não-consecutivos; a do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) que estabelecia a idade máxima de 80 anos para a candidatura à Presidência da República; e a do senador Eduardo Girão (Novo-CE) que proibia a reeleição para o Senado. (Agência Senado)

CDH aprova regras mais duras para acesso à Justiça gratuita

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou nessa quarta-feira

(21) projeto da Câmara dos Deputados que estabelece critérios mais objetivos para concessão da gratui-

dade da Justiça (PL 2.239/2022). Relatado pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE), ele agora segue para

análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Atualmente, o Código de Processo Civil (CPC), de 2015 permite que a gratuidade da Justiça seja concedida com base apenas na declaração de hipossuficiência (incapacidade de recursos) do requerente, que é presumida como verdadeira, salvo se houver indícios em contrário. O projeto modifica essa prática ao exigir que a concessão do benefício esteja baseada em critérios objetivos e em comprovação documental.

Conforme o projeto, poderá ter acesso à gratuidade da Justiça a pessoa que satisfizer pelo menos um dos seguintes critérios:

Ter salário líquido de até 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social — o que equivaleria hoje a R\$ 3.262,96;

Ser beneficiário de programa social do governo federal;

Ter renda líquida mensal de até três salários mínimos — o que

equivaleria hoje a R\$ 4.554;

Estar representado por defensor público;

Ser mulher em situação de violência doméstica, nos casos em que o processo se relacione a isso;

Ser membro de comunidade indígena ou quilombola, nos casos em que o processo se relacione ao pertencimento étnico-racial;

Comprovar, de alguma outra forma, insuficiência de recursos.

O pedido poderá ser indeferido pelo juiz se ele considerar que há elementos que comprovem a capacidade financeira do requerente. As exceções a essa regra são os casos relacionados a mulheres vítimas de violência ou membros de comunidades indígenas ou quilombolas. Quando deferir uma solicitação, o juiz deverá justificar sua decisão e apurar os valores de que o poder público abrirá mão, divulgando-os nos autos. Depois, deverão ser divulgados relatórios

periódicos dando publicidade a esses valores consolidados.

O texto aprovado mantém a regra, já existente, segundo a qual beneficiários da justiça gratuita que vencerem ações judiciais e receberem valores em juízo terão que arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, caso percam parte do processo. No entanto, essa cobrança será limitada a no máximo 30% do valor bruto obtido — atualmente, não existe tal limitação.

Para o relator, essas mudanças são necessárias diante do uso indevido do benefício da gratuidade por pessoas que não são vulneráveis.

“O relativo descontrole hoje existente sobre a concessão de gratuidade da justiça acaba por incentivar o ajuizamento de ações judiciais aventureiras e temerárias, a serem processadas pela máquina de um Poder Judiciário que já se encontra assoberbado”, explica Laércio no seu parecer. (Agência Senado)



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



ESPETOS • PORÇÕES • CALDOS

Venha saborear a **MELHOR JANTINHA** da cidade.



38 99881-9096

RUA GENÉSIO TOLENTINO Nº15 - CIDADE NOVA

Dia Livre de Impostos acontece dia 29 de maio em todo o país!

Lojas já podem se cadastrar no site da ação. Em protesto contra alta carga tributária, Lojistas vão comercializar produtos e serviços sem repassar o valor da tributação aos Clientes. Descontos podem chegar a 70%

O Dia Livre de Impostos acontece há 19 anos com o intuito de conscientizar a população, o poder público e o varejo a respeito da alta carga tributária paga no Brasil. Este ano, a ação será realizada no dia 29 de maio, quando lojistas dos 26 estados e do Distrito Federal vão comercializar seus produtos e serviços sem repassar o valor da tributação aos clientes. Em alguns casos, os descontos po-

dem chegar a 70% do valor final do produto.

A campanha é uma realização da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDL Jovem). Participam da ação, lojas de rua do varejo, shopping centers, restaurantes, prestadores de serviço e postos de gasolina.

Os varejistas interessados em participar da ação já podem ca-

dastrar seus estabelecimentos gratuitamente no site do DLI (<https://dialivredeimpostos.com.br>).

“O Dia Livre de Impostos é a maior campanha nacional de esclarecimento sobre o impacto dos impostos nos bens de consumo na vida do cidadão. O setor aguarda com expectativa a regulamentação da Reforma Tributária, uma vez que o país ainda vive uma realidade de grande burocracia e

altos impostos para as empresas. Precisamos de um ambiente de negócios menos oneroso, com um sistema de arrecadação justo, eficiente e que sirva de base para o aumento da competitividade, da produtividade e da redução das enormes diferenças sociais do Brasil”, destaca o presidente da CNDL, José César da Costa.

Para coordenador nacional da CDL Jovem, Raphael Paganini, o Dia Livre de Impostos é uma forma de deixar claro para o consumidor como a alta tributação afeta seu poder de compra.

“Nossa intenção é mostrar para a população como as taxas são abusivas. O Dia Livre de Impostos é antes de tudo uma ação nacional didática de cidadania. É um dia em que lojas e consumidores se unem em uma mobilização nacional contra a alta carga tributária do Brasil. Queremos chamar atenção dos nossos governantes sobre a alta carga tributária e burocracia fiscal que penaliza o consumo da população e atrapalha o ambiente de negócios no Brasil e o desenvolvimento de nossas empresas”, afirma Paganini.

Mais de 100 mil lojas de todo o país devem participar da ação em 1.500 cidades. A expectativa é de que mais de 2 milhões de consumidores sejam beneficiados com os descontos.

CNDL — Criada em 1960, a CNDL é formada por Federações de Câmaras de Dirigentes Lojistas nos estados (FCDLs), Câmaras de Dirigentes Lojistas nos municípios (CDLs), SPC Brasil e CDL Jovem, entidades que, em conjunto, compõem o Sistema CNDL. É a principal rede representativa do varejo no país e tem como missão a defesa e o fortalecimento da livre iniciativa. Atua institucionalmente em nome de 500 mil empresas, que juntas representam mais de 5% do PIB brasileiro, geram 4,6 milhões de empregos e movimentam R\$ 340 bilhões por ano.

CDL Jovem — A CDL Jovem (Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem) integra o Sistema CNDL e tem como objetivo desenvolver jovens lideranças que empreendem no varejo. A CDL Jovem promove fóruns de discussões nos municípios onde há CDLs, além de integrar ideias, conceitos e experiências a partir de reuniões, palestras, seminários e eventos. Está presente em 19 Estados, no DF e em 100 cidades.

SPC Brasil — Há 60 anos no mercado, o SPC Brasil possui um dos mais completos bancos de dados da América Latina, com informações de crédito de pessoas físicas e jurídicas. É a plataforma de inovação do Sistema CNDL

para apoiar empresas em conhecimento e inteligência para crédito, identidade digital e soluções de negócios. Oferece serviços que geram benefícios compartilhados para sociedade, ao auxiliar na tomada de decisão e fomentar o acesso ao crédito. É também referência em pesquisas, análises e indicadores que mapeiam o comportamento do mercado, de consumidores e empresários brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento da economia do país.

CDL Montes Claros — Há 56 anos atuando no desenvolvimento econômico do município, a entidade busca constantemente apoiar os lojistas em seus desafios. A redução da carga tributária sempre foi pauta nas reivindicações da CDL junto a todas as esferas de poder, seja municipal, estadual ou federal.

“Desde a primeira edição do DLI — Dia Livre de Impostos, em 2006, atuamos na conscientização da população sobre a importância de conhecer exatamente o valor dos

impostos embutidos no preço de cada produto, pois somente assim será possível reduzir os tributos e, consequentemente, os preços, com aumento do poder aquisitivo da população”, salienta o presidente Ernandes Ferreira.



Prefeitura reforça vínculo entre natureza e saúde mental

A Prefeitura de Montes Claros, por meio da Secretaria de Ambiente, Bem-Estar Animal e Sustentabilidade, participou da ação de Saúde Mental realizado na Praça Doutor Carlos, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde. A iniciativa teve como objetivo principal conscientizar a população sobre a importância do cuidado com a saúde mental, aliando práticas de bem-estar ao contato com o meio ambiente.

Durante a ação, a secretaria realizou a doação de 50 mudas de árvores nativas do Cerrado, incentivando a arborização urbana e o cultivo de espaços verdes como forma de promover qualidade de vida. Também foram divulgados os cursos e projetos desenvolvidos pela secretaria, ampliando o acesso da comunidade às ações de educação ambiental e sustentabilidade.

A Organização Mundial da Saúde

(OMS) recomenda o contato com a natureza como uma prática eficaz para a promoção da saúde mental, auxiliando na redução do estresse, na melhora do humor e na prevenção de transtornos psicológicos. Com iniciativas como esta, a Prefeitura reforça o compromisso de integrar políticas públicas de saúde e meio ambiente em benefício da população. (André Senna)



Oficina da Natureza celebra o Dia Mundial da Reciclagem com atividades educativas no Parque Milton Prates

A Prefeitura de Montes Claros, por meio da Secretaria de Ambiente, Bem-Estar Animal e Sustentabilidade, realizou mais uma edição das Oficinas da Natureza, projeto que acontece semanalmente, sempre às terças e

quintas-feiras, no Parque Municipal Milton Prates. Nesta data especial, a oficina foi dedicada ao Dia Mundial da Reciclagem, comemorado em 17 de maio, com atividades voltadas à conscientização sobre a importância do des-

carte correto e da reutilização de resíduos.

A programação teve como destaque uma atividade educativa e interativa voltada para o público infantil, com a participação do personagem URU, um simpático

urubu que, junto com sua turma, encantou as crianças ao ensinar, de forma lúdica e divertida, práticas sustentáveis relacionadas à reciclagem. A ação buscou despertar desde cedo a consciência ambiental nas crianças, fortale-

cendo o compromisso com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais.

A iniciativa reforça o papel fundamental da educação ambiental na construção de uma cidade mais sustentável. As Oficinas da

Natureza seguem como um espaço permanente de aprendizado, vivência ecológica e aproximação da população com as boas práticas ambientais, sempre com temas relevantes e atuais. (André Senna)



Município homologa resultado do concurso da Educação

O concurso para preenchimento de cargos efetivos da área da Educação da Prefeitura de Montes Claros acaba de ser homologado pelo Município através do Decreto Municipal nº 5.006, de 20 de maio de 2025. O concurso disponibilizou 1.753 vagas em 35 cargos de níveis médio, técnico e superior.

O certame referente ao edital nº 01/2024 contou com 19.799 inscrições sendo que os candidatos poderiam se inscrever para até

dois cargos. Auxiliar de Docência (5.269), PEB I (3.897) e Agente Administrativo (2.619) foram os cargos que receberam mais inscrições. Já os cargos com maior número de candidatos por vaga foram Agente Administrativo (65) e Engenheiro Civil, Arquiteto e Contador (39).

O Decreto Municipal nº 5.006 ainda estabelece que o certame terá validade de dois anos, prazo que pode ser prorrogado por igual período. O edital, suas reti-

ficações, o resultado definitivo e o resultado de cada etapa podem ser acessados no endereço eletrônico da empresa que realizou o concurso.

Os aprovados no concurso serão convocados de forma gradual, de acordo com a necessidade do Município. Desta forma, recomenda-se que os candidatos acompanhem periodicamente o Diário Oficial Eletrônico do Município. (Attilio Faggi)

HDG lança campanha solidária para arrecadar donativos e aquecer vidas neste inverno

FOTOS: DIVULGAÇÃO HDG



Com a chegada do período mais frio do ano, o Hospital Dilson Godinho (HDG) deu início à campanha “HDG: Humanidade, Doação e Gratidão – Aqueça vidas com um gesto de amor!”, voltada para a arrecadação de roupas, agasalhos, cobertores, alimentos não-perecíveis, fraldas

geriátricas e itens de higiene pessoal. A iniciativa solidária acontece até 20 de junho, mobilizando colaboradores, parceiros e a comunidade regional em prol de pacientes em situação de vulnerabilidade e parcerias. As doações podem ser entregues na sede do HDG, em Montes Claros,

e também nas Unidades de Extensão Clínica em Oncologia e Nefrologia localizadas nos municípios de Salinas, Pirapora e na Unidade de Oncologia de Brasília de Minas. “O HDG tem como missão cuidar com excelência e humanidade. Neste inverno, queremos ir além do

cuidado clínico e estender a mão a quem mais precisa. Essa campanha representa o espírito solidário que move nossa instituição, e contamos com o apoio de toda a sociedade para aquecer o coração de tantas pessoas com um simples gesto de generosidade”, afirma o diretor-pre-

sidente do HDG, Helder Leone Alves de Carvalho. A campanha tem como foco principal atender neste primeiro momento, pacientes do hospital que enfrentam dificuldades socioeconômicas. Em seguida, comunidades beneficiárias são assistidas por institui-

ções parceiras que atuam na região. Para a equipe multiprofissional da instituição, a ação reforça valores como empatia, acolhimento e responsabilidade social. “Muitas vezes, o impacto emocional do frio e da carência material se soma à dor da doença. Promova uma campanha como essa é levar Acolhimento em forma de cuidado e carinho. Cada doação representa mais que um item: representa afeto, respeito e solidariedade”, pontua a psicóloga hospitalar Carine de Araújo Montalvão, A expectativa é reunir um grande volume de ações durante o mês da campanha, impactando certamente centenas de pessoas que enfrentam o frio sem uma estrutura adequada. O hospital convida toda a população a participar dessa corrente de amor e empatia. Doe, compartilhe, aqueça. Juntos, podemos transformar o inverno de alguém.

Unimontes promove seminário sobre audiovisual e economia criativa



A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) realizou, nessa terça-feira (20), o Seminário Audiovisual Unimontes – Governança, Formação e Mercado, com o objetivo de fortalecer a cultura e impulsionar a economia criativa no Norte de Minas. A abertura foi presidida pelo reitor, professor Wagner de Paulo Santiago, no auditório do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), campus-sede da universidade. A mesa de honra foi composta pelo presidente da Empresa Mineira de Comunicação - EMC, Gustavo Mendicino; o vice-reitor da Unimontes, professor Dalton Caldeira Rocha; pela secretária municipal de Cultura e Turismo de Montes Claros, Júnia Velloso Rebello; pelo

analista do Sebrae-MG, Walmath Nogueira; e pelo idealizador e coordenador do evento, professor Élcio Lucas. O seminário, promovido pelo Curso de Cinema e Audiovisual da Unimontes, é uma iniciativa do Centro de Comunicação e Referência Audiovisual (CCRAV), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PrEx), e reuniu produtores, diretores, gestores públicos e representantes de coletivos culturais para discutir políticas públicas, formação profissional e o mercado do audiovisual na região. Um dos principais destaques do evento foi a presença da Empresa Mineira de Comunicação (EMC), que é referência nacional em gestão pública de mídia e cultura. A EMC

é responsável pela Rede Minas, Rádio Inconfidência e pela plataforma de streaming MinasPlay, veículos fundamentais para a valorização da produção cultural independente no estado. Durante sua participação, o presidente da EMC, Gustavo Mendicino, ressaltou que as políticas públicas de audiovisual devem chegar de forma concreta a todos os territórios, com especial atenção às regiões fora dos grandes centros. Ele enfatizou a importância de escutar quem está produzindo no interior, como forma de garantir que os investimentos do Governo de Minas atendam às realidades locais. Mendicino também reforçou a relevância das parcerias institucionais, destacando a Unimontes como uma

aliada estratégica na construção de uma política audiovisual mais democrática e plural. Segundo ele, é nas universidades do interior que estão talentos, ideias e iniciativas que precisam de visibilidade e apoio estruturado. O reitor enalteceu as parcerias com a EMC e com a prefeitura de Montes Claros “ter parcerias importantes como a de vocês, engrandece a Unimontes e fortalece a região, ainda teremos muito a comemorar”. A programação do seminário incluiu homenagens, como a dedicada ao produtor e diretor Deniston Diamantino, mesas de debate, exibição de curtas-metragens e discussões sobre políticas de fomento e ações de fortalecimento do setor



audiovisual. Participaram representantes da EMC, da Secult-MG, da Secult-Moc, do Sebrae-MG e de cineastas independentes da região. O Seminário Audiovisual Unimontes reforça o papel da Universidade como articuladora das políti-

cas culturais no interior do estado e consolida a EMC como parceira estratégica na promoção de uma política audiovisual inclusiva, conectada com os territórios e voltada ao desenvolvimento da economia criativa em Minas Gerais.

Editora Unimontes lança e-book sobre influência neoliberal na educação básica brasileira

A Universidade Estadual de Montes Claros, por meio da Editora Unimontes, lança o livro digital “Adoecimento do professor da educação básica no Brasil”. De autoria dos professores Saulo Daniel Mendes Cunha, José de Andrade Matos Sobrinho, Aparecida Rosângela Silveira e Cristina Andrade Sampaio, todos vinculados à instituição de ensino superior. O e-book analisa a influência neoliberal na educação básica brasileira, com ênfase na saúde docente, e pode ser acessado gratuitamente no link <https://www.editora.unimontes.br/adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil/>. O livro de 114 páginas é fruto da tese de doutorado de Saulo Daniel Mendes Cunha, um dos autores. Ele pesquisa como o neoliberalismo alterou significativamente a forma e as condições laborais dos professores na rede pública. A discussão ocorre no

grupo de pesquisa “Projeto ProfsMinas”. Nas Notas Introdutórias (NI) do e-book é destacado que “(...) os professores e as professoras da educação básica têm apresentado uma grande incidência de adoecimento, processo resultante de um fenômeno denominado ‘mal-estar docente’”. As doenças mentais e físicas estão entre as principais causas de solicitações de licenças de saúde dos professores. Trata-se de afastamentos, conforme as NIs, “divergentes ao trabalho que, além de oferecer compensação econômica, deveria ofertar satisfação emocional (...) e oportunidades para o desenvolvimento de aptidões e de ampliação de conhecimentos pessoais, com presença de sentimento de bem-estar dentro e fora do local de trabalho”. AUTORES | Saulo Daniel Mendes Cunha possui Mestrado em Ensino em Saúde, pela Universi-

dade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Diamantina-MG, e Doutorado em Ciências da Saúde, pela Unimontes. É professor dos cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) da Unimontes desde 2006. José de Andrade Matos Sobrinho possui Mestrado e Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG) e leciona no curso de Educação Física da Unimontes desde 2015, com disciplinas pedagógicas, filosóficas, antropológicas e sociológicas que tratam da cultura corporal e da Educação Física escolar. Pesquisa na área de Trabalho, Lazer e Educação. Aparecida Rosângela Silveira é psicanalista, membro do Grupo de Trabalho Psicanálise, Clínica e Política da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

em Psicologia e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Cuidado Primários da Unimontes. Possui Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Cristiana Sampaio Andrade é cientista social e Doutora em Saúde Coletiva. Tem experiência nas áreas de Saúde Coletiva, Saúde Mental, Antropologia Médica e Pesquisa Qualitativa em Saúde. Participa do “Projeto ProfsMinas”, que pesquisa as condições de saúde e trabalho de professores da educação básica do estado de Minas Gerais. Coordena o Laboratório de Pesquisas Qualitativas Interdisciplinares em Saúde (LabQuali), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Unimontes. A Editora Unimontes fica no segundo andar do prédio 4, em cima da Biblioteca Central Professor Antônio Jorge, no campus-sede.

Modelos de publicações em periódico regional ou local de grande circulação pelo empreendedor, nos termos do Capítulo III da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017:
a) Publicação, em periódico local ou regional de grande circulação de solicitação de licenciamento ambiental:
(nome do requerente), por determinação da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental do CODANORTE, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo sob protocolo geral de nº , Licença (LAC 1 – LAC 2), para (atividade) no Município de ...
b) Publicação, em periódico local ou regional de grande circulação, da licença concedida:
(nome do requerente), por determinação da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental do CODANORTE, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo sob protocolo geral de nº , Licença (LAC 1 – LAC 2), para (atividade) no Município de ..., válida pelo prazo de (xx) anos.
c) Publicação, em periódico local ou regional de grande circulação, da licença de operação decorrente de licenciamento corretivo, concedida:
(nome do requerente), por determinação da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental do CODANORTE, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo sob protocolo geral de nº , Licença de Operação Corretiva, para (atividade) no Município de ..., válida pelo prazo de (xx) anos, condicionada ao cumprimento do Plano de Controle Ambiental.
d) Publicação, em periódico local ou regional de grande circulação, da renovação de licença, concedida:
(nome do requerente), torna público que obteve da Superintendência Regional de Meio Ambiente (nome da SUPRAM) / Superintendência de Projetos Prioritários, por meio do Processo Administrativo nº (número do Processo), renovação da Licença de Operação, para (atividade e local), válida pelo prazo de (xx) anos.

Campus da Unimontes em Salinas adere à campanha “Seja um Doador – Você é o tipo certo de alguém”



O campus da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) no município de Salinas, Norte de Minas, aderiu, na manhã dessa quarta-feira (21/05), à campanha “Seja um Doador – Você é o tipo certo de alguém”, vinculada ao Ministério da Saúde. Sob coordenação da professora Carla Pereira de Castro Cruz, uma caravana de 22 pessoas, das quais 19 doadores, saiu de Salinas, por volta das 3h da madrugada, num micro-ônibus, rumo à Fundação Hemocentro de Montes Claros, que fica na rua Ur-

bino Viana, 70, Vila Guilhermina. Com o objetivo de “promover a conscientização sobre a importância da doação de sangue entre os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, incentivando a solidariedade e a responsabilidade social”, a iniciativa do programa de extensão Prestação de Serviços Contábeis – Um instrumento de Cidadania e Desenvolvimento Sustentável para a Comunidade de Salinas (PSEC), porém, segundo Carla Pereira Cruz, tem uma abrangência maior. “Mobilizar a comunidade acadêmica para

contribuir com os estoques dos hemocentros, ajudando a salvar vidas e fortalecendo o compromisso do curso com ações de impacto social”, enfatiza a docente. Depois da doação de sangue coletiva, a caravana visitou o campus-sede da Unimontes. A ação ganha contornos especiais quando se sabe que, com a proximidade do inverno – estação que oficialmente inicia de 20 para 21 de junho – e a chegada do frio, os hemocentros precisam aumentar os estoques de sangue, devido



à redução natural das doações de sangue nesta época do ano, em que casos de gripes e resfriados aumentam sensivelmente. O Ministério da Saúde, por meio da campanha “Seja um Doador – Você é o tipo certo de alguém”, esclarece sobre as vantagens de ser um doador: cada doação ajuda até quatro pessoas; doar sangue é de graça; a doação de sangue não oferece riscos de contaminação e é restabelecido rapidamente; doar sangue é rápido, fácil e praticamente indolor e satisfação ao

salvar vidas. Para doar sangue é preciso atender alguns requisitos: idade entre 16 e 69 anos, menores de 18 anos precisam de consentimento escrito dos pais ou responsáveis; peso acima de 50 kg; estar em boas condições de saúde, sem doenças que impeçam a doação; apresentar um documento de identificação com foto (Carteira de Identidade, CNH, Passaporte, etc.); estar alimentado, evitando alimentos gordurosos nas horas que antecedem a doação; e estar bem descansado. É necessá-

ria avaliação individual em casos de uso de medicamentos, doenças, tratamento dentário, cirurgias, vacinas, viagens, tatuagens e outras situações. Para doar sangue, basta ao voluntário procurar a Secretaria Municipal de Saúde para fins de agendamento e, depois, seguir para o Hemocentro. O intervalo mínimo entre uma doação de sangue e outra é de dois meses para homens e três meses para mulheres. Na doação é retirada cerca de 400 ml de sangue.

Diversidade ganha espaço entre os pequenos negócios de Minas Gerais

No Dia Mundial da Diversidade (21/05), pesquisa do Sebrae Minas revela que a adoção de práticas efetivas ainda é um desafio para o segmento



O tema diversidade, equidade e inclusão vem ganhando espaço entre os pequenos negócios de Minas Gerais, ainda que de forma incipiente. Mais da metade dos empreendedores (53%) entrevistados para a pesquisa Diversidade, Equidade e Inclusão, realizada pelo Sebrae Minas, afirma que confirma a importância do tema, e o mesmo percentual diz que já promove ações de diversidade em seus negócios. A terceira edição do estudo foi realizada entre os dias 1º e 23 de abril e reuniu 485 empreendedores (entre microempreendedores individuais e micro e pequenas empresas) de todo o estado. As ações mais recorrentes relacionadas à igualdade racial (47%), de gênero (36%) e à inclusão de pessoas mais velhas (34%), diminuindo uma sensibilidade crescente por essas pautas. Quando questionadas sobre os principais benefícios observados ao implantar ações de diversidade nas empresas, 47% das pessoas entrevistadas citaram o ambiente de trabalho mais acolhedor. Em seguida, o estímulo à inovação e criatividade (28%), e em terceiro lugar, a redução de conflitos e respeito às diferenças (26%). Ao mesmo tempo, uma pesquisa revela os motivos que ainda impedem algumas iniciativas de adoção de ações de diversidade.

Em primeiro lugar, a percepção de que não há vantagens em desenvolver essas práticas (citado por 19% dos entrevistados), seguida pela ideia de que essas ações são externas apenas para grandes empresas (12%) e pela falta de recursos (8%). Outro dado de destaque é que a maioria das pessoas entrevistadas (76%) afirmaram que não possuem nenhum produto ou serviço em sua empresa voltada para pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, de corpos diferentes, pessoas negras ou pessoas mais velhas (50+). “A pesquisa aponta que, embora muitos empreendedores já reconheçam a importância do tema, ainda há um longo caminho a ser percorrido, que passa por uma mudança cultural nas empresas e para que sejam aplicadas práticas efetivas”, destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva. “Empresas que abraçam a diversidade e a inclusão ampliam sua capacidade de inovação, conectam-se melhor com as pessoas e fortalecem sua confiança no mercado, tornando os negócios mais justos, competitivos e preparados para os desafios do mercado”, enfatiza. Resultados relevantes A pesquisa perguntou qual a primeira ideia que veio à cabeça dos empreendedores sobre o tema diversidade. A principal foi a de que

“somos todos iguais”, para 43% dos entrevistados, seguidos por “ações afirmativas” e “justiça social e reposição histórica”. Apenas 13% das pessoas afirmaram que nunca pensaram a respeito, e 7% acreditam que é um tema passageiro. Além disso, a pesquisa aponta que 60% dos entrevistados têm trabalhadores e 31% deles consideram haver representatividade de minorias em seus quadros profissionais, com destaque para a diversidade racial (24%), de gênero (18%), etária (15%) e LGBTQIAPN+ (13%). Quando questionados se já presenciaram ou sofreram ações ou discursos discriminatórios nas empresas, 89% das pessoas afirmaram que não. Dentre os poucos que responderam que sim, a maioria são mulheres (5%), pessoas negras (5%) e pessoas LGBTQIAPN+ (4%). A pesquisa traçou o perfil das pessoas empreendedoras em Minas Gerais. A maioria dos entrevistados da pesquisa é cisgênero (71% homens e 27% mulheres), enquanto apenas 2% são transgêneros. Em relação à orientação sexual, 91% são heterossexuais e 4% são homossexuais ou bissexuais. A maioria das pessoas que empreenderam se autodeclararam brancos (60%), e 39% se autodeclararam negras – sendo 32% pardos e 7% pretos. Além disso, 98% das pessoas entrevistadas responderam que não pertencem

ao grupo de pessoas com deficiência (PCD). Em relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados possui ensino superior completo (30%) ou pós-graduação (32%), e a faixa etária predominante é de 40 a 49 anos (32%), seguida de 50 a 59 (25%) e 30 a 39 anos (19%). “A pesquisa aponta que, embora muitos empreendedores já reconheçam a importância do tema, ainda há um longo caminho a ser percorrido, que passa por uma mudança cultural nas empresas e para que sejam aplicadas práticas efetivas”, destaca o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva. “Empresas que abraçam a diversidade e a inclusão ampliam sua capacidade de inovação, conectam-se melhor com as pessoas e fortalecem sua oferta no mercado, tornando os negócios mais justos, competitivos e preparados para os desafios do mercado”,

ênfatiza. A pesquisa perguntou qual a primeira ideia que veio à cabeça dos empreendedores sobre o tema diversidade. A principal foi a de que “somos todos iguais”, para 43% dos entrevistados, seguidos por “ações afirmativas” e “justiça social e reposição histórica”. Apenas 13% das pessoas afirmaram que nunca pensaram a respeito, e 7% acreditam que é um tema passageiro. Além disso, a pesquisa aponta que 60% dos entrevistados têm trabalhadores e 31% deles consideram haver representatividade de minorias em seus quadros profissionais, com destaque para a diversidade racial (24%), de gênero (18%), etária (15%) e LGBTQIAPN+ (13%). Quando questionados se já presenciaram ou sofreram ações ou discursos discriminatórios nas empresas, 89% das pessoas afirmaram que não. Dentre os poucos que responderam que sim, a maioria são

mulheres (5%), pessoas negras (5%) e pessoas LGBTQIAPN+ (4%). A pesquisa traçou o perfil das pessoas empreendedoras em Minas Gerais. A maioria dos entrevistados da pesquisa é cisgênero (71% homens e 27% mulheres), enquanto apenas 2% são transgêneros. Em relação à orientação sexual, 91% são heterossexuais e 4% são homossexuais ou bissexuais. A maioria das pessoas que empreenderam se autodeclararam brancos (60%), e 39% se autodeclararam negras – sendo 32% pardos e 7% pretos. Além disso, 98% das pessoas entrevistadas responderam que não pertencem ao grupo de pessoas com deficiência (PCD). Em relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados possui ensino superior completo (30%) ou pós-graduação (32%), e a faixa etária predominante é de 40 a 49 anos (32%), seguida de 50 a 59 (25%) e 30 a 39 anos (19%).

DE OLHO NA

CIDADE

COM FILIPE GUSMÃO

SEGUNDA
QUARTA
SEXTA

19h
AO VIVO

GNM 2.1

99847-2759

Municípios mineiros podem participar da nova edição do Selo UNICEF

Prefeitos podem aderir até o dia 9 de junho à iniciativa, cujo objetivo é apoiar os municípios na implementação de políticas públicas para garantir os direitos de crianças e adolescentes

Está aberta mais a nova edição do Selo UNICEF ciclo 2025-2028. Os municípios interessados podem aderir gratuitamente até o dia 9 de junho, no site adesao.selounicef.org.br.

A iniciativa é do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), junto a diversos parceiros da sociedade civil e governos, com o objetivo de apoiar os municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira a garantir os direitos de crianças e adolescentes. Em Minas Gerais, a iniciativa é implementada pelo Centro Dom José Brandão de Castro, organização social com vasta experiência na garantia de direitos de meninos e meninas, com o apoio da Associação Brasileira de Ações Integradas para o Desenvolvimento Humano (ABRADH).

Ao participar do Selo UNICEF - Edição 2025-2028, o município assume o compromisso de priorizar crianças e adolescentes em suas políticas públicas e mobilizar esforços para promover seus direitos à saúde, educação, participação social e proteção contra a violência.

Para aderir, o município deve escolher um ponto focal, chamado Articulador/a do Selo UNICEF, que preencherá um cadastro do muni-

cípio na plataforma de adesão, e deverá indicar mobilizadores por área, a exemplo de saúde, educação, proteção social e participação de adolescentes e jovens, além de preencher dados de autoridades como o prefeito e secretários municipais. Ao terminar o cadastro, estará disponível o Termo de Adesão ao Selo UNICEF – Edição 2025-2028, que deve ser assinado pela/o Prefeita/o e pela/o Presidente do CMDCA e encaminhado ao UNICEF.

O município participante do Selo UNICEF deve seguir a metodologia proposta para fortalecer as políticas públicas que sustentam os direitos de meninas e meninos, e garantir que isso aconteça de forma intersetorial e integrada. Também é preciso que a participação da comunidade local seja incentivada, garantindo o envolvimento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Conselhos Tutelares (CT) e o engajamento de adolescentes.

Cada ciclo do Selo UNICEF dura quatro anos, acompanhando o período da gestão municipal. Neste período, os municípios fazem a adesão à iniciativa; participam de capacitações; recebem bibliografia e suporte técnico da equipe do

UNICEF e parceiros; desenvolvem um plano de ação; mobilizam a comunidade local para participar das decisões; acompanham e são monitorados quanto à evolução de indicadores sociais.

Ao final da edição, os municípios são avaliados, de modo que aqueles que mais avançaram na garantia dos direitos de meninos e meninas recebem o reconhecimento internacional através do Selo UNICEF.

Porque Semiárido e Amazônia Legal

O Semiárido e a Amazônia Legal ainda concentram um número significativo de crianças e adolescentes que não têm seus direitos garantidos; ou que possuem acesso a serviços básicos, mas sem a qualidade necessária para o seu pleno desenvolvimento.

Esta realidade vem mudando. Com mais de 25 anos de história, o Selo UNICEF tem se mostrado uma estratégia de sucesso para incentivar municípios na promoção dos direitos da infância, assim como uma forma de reconhecer aqueles que conseguiram construir uma cidade melhor para cada menina e



DIVULGAÇÃO

cada menino.

Equidade étnico-racial

No Brasil, meninas e meninos indígenas, quilombolas e negros ainda enfrentam barreiras desiguais no acesso à educação, saúde, proteção social e oportunidades. Muitas vezes, os serviços públicos não chegam a essas comunidades por diversas questões.

Por isso, a nova edição do Selo UNICEF traz uma novidade: uma abordagem étnico-racial que vai atravessar todo o percurso metodológico do programa ao longo dos quatro anos de implementação. Isso representa, na prática, que o UNICEF quer fortalecer os esforços para que as políticas públicas alcancem as crianças mais vulnerabilizadas nos municípios da Amazônia e do Semiárido Brasileiro.

Ao implementar as estratégias de equidade étnico-racial previstas no Selo UNICEF, os municípios passam a integrar a agenda de políticas nacionais, como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), previsto pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR); e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PN-GATI), prevista pelo Ministério dos Povos Indígenas.

Evento gratuito discute gestão da sucessão nos negócios rurais em Montes Claros



A cidade de Montes Claros receberá, no próximo 3 de junho, um evento promovido pelo movimento AgroSertanejas, voltado para mulheres que atuam no meio rural. A iniciativa tem como foco principal a gestão da sucessão nos empreendimentos familiares e contará com palestras e painéis com experiências práticas do setor.

A programação terá início às 17h45 com um momento de networking. Às 18h30, o consultor da Safras & Cifras, Yuri Buhler, ministra a palestra “Gestão da Continuidade dos Negócios Rurais Familiares”, abordando caminhos para organização da sucessão nas propriedades. Em seguida, às 19h30, o painel “Sucessora e Sucedida”, com Isabela e Sônia Lopes, da empresa Tecnutri, trará um relato direto de como a transição de liderança tem sido conduzida na prática.

Para Lilian Laughton, fundadora

da AgroSertanejas e sócia-proprietária da empresa Raízes do Futuro, o evento busca trazer uma abordagem direta sobre temas que impactam o dia a dia da mulher no campo. “Nosso objetivo é oferecer conteúdo aplicável e promover conexões entre mulheres que vivem realidades semelhantes dentro dos negócios rurais. A sucessão é um dos temas mais sensíveis e pouco debatidos de forma estruturada”, afirma.

O evento é realizado em parceria com o Sindicato Rural de Montes Claros, além de contar com apoio da Sociedade Rural e da Câmara da Mulher Empreendedora. A iniciativa tem patrocínio do Sicoob Credinor, Mercado Rural, Tecnutri, Trator Peças, Tora Eucaliptos, AgroFort e Queijaria Ferreira.

A vice-presidente do Sindicato Rural, Hilda Loschi, destaca a importância de tratar a sucessão sob dois aspectos complementares. “É

importante destacar, em especial, a necessidade de continuidade nos casos de tragédias pessoais que impactam os núcleos familiares. Quando não há organização formal dos negócios, quem sucede esse momento encontra dificuldades para retomar o empreendimento. Não conhece metas, sonhos, nem mesmo as dívidas ou créditos existentes”, explica.

“O outro aspecto é a própria continuidade planejada, com entrada de novas gerações. Para isso, é essencial que o empreendimento esteja estruturado com regras e condições que permitam aos novos gestores construir o futuro a partir do presente”, completa Loschi.

O evento promovido pelo AgroSertanejas é gratuito e aberto a mulheres do setor rural. As inscrições podem ser feitas pelo link disponível na página do grupo no Instagram (@agrosertanejasnm).

Produtores rurais cobram instituição financeira na Justiça por descumprir liminar de renegociação de dívidas

Entidade busca assegurar que associados tenham acesso aos benefícios da Resolução nº 4.660/2018, voltada à regularização de crédito rural

O Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros apresentou nova manifestação judicial, exigindo o cumprimento de uma liminar que assegure a seus associados o direito de renegociar dívidas rurais nos termos da Resolução nº 4.660/2018 do Conselho Monetário Nacional. A decisão, em vigor desde 2019, obriga o banco a receber e processar os pedidos de renegociação. No entanto, segundo o sindicato, a instituição financeira segue descumprindo a determinação, prejudicando diretamente os produtores da região.

A inadimplência no campo tem causas que extrapolam a gestão do produtor: variações climáticas, altas no custo dos insumos, dificuldades de escoamento da produção e instabilidade de mercado afetam diretamente a capacidade de pagamento do agricultor. Nesse contexto, a renegociação não é apenas uma questão contratual — é uma ferramenta de sobrevivência da atividade agropecu-

ária, principalmente para pequenos e médios produtores.

“Essa luta é pela dignidade de quem coloca comida na mesa do brasileiro. O produtor rural não quer favor, quer respeito aos seus direitos garantidos por lei. Estamos agindo dentro da legalidade para garantir o que já foi determinado pela Justiça há anos e, até hoje, o banco insiste em não cumprir”, afirmou o presidente do Sindicato, Alexandre de Aguiar Rocha.

Desde a concessão da liminar, o Sindicato recebeu inúmeras reclamações dos produtores de que a instituição apresentou sucessivas manifestações vagas, sem comprovar efetivamente o recebimento e análise dos pedidos. “A conduta é claramente protelatória. Foram mais de quatro anos de descumprimento sistemático de uma ordem judicial clara. A maioria dos nossos associados sequer teve seus pedidos analisados”, reforçou o advo-

gado Ricardo Santos, responsável pela ação.

Na petição mais recente, o sindicato pede à Justiça que reconheça a má-fé do banco, aplique nova multa diária sem limite máximo e determine o cumprimento imediato da decisão.

O caso escancara um problema recorrente no setor: a dificuldade de acesso efetivo às políticas públicas de apoio ao crédito rural. Enquanto o tempo passa, produtores seguem negativados e sem condições de obter novos financiamentos, o que trava o ciclo produtivo.

“O campo não pode continuar pagando o preço da burocracia e da omissão. É papel do sindicato enfrentar essas batalhas e garantir que os produtores não fiquem à mercê da boa vontade de instituições financeiras. Nosso compromisso é com a defesa intransigente da legalidade e da justiça para o homem do campo”, finalizou Alexandre.



ASCOM DIVULGAÇÃO

CCJ aprova projeto que tipifica homicídio relacionado ao tráfico de drogas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou nessa quarta-feira (21) um projeto de lei que cria o crime do narcocídio: a morte de uma pessoa que é provocada pelo tráfico de drogas. A matéria segue para análise da Câmara dos Deputados — a não ser que haja recurso para votação da proposta no Plenário do Senado.

Esse projeto (PL 3.786/2021), de autoria do senador Jayme Campos (União-MT), prevê alterações na Lei 11.343, de 2006 (também chamada de Lei Antidrogas ou Lei de Drogas). O texto foi aprovado na CCJ com uma série de mudanças recomendadas pelo senador Sérgio Moro (União-PR), que foi o relator da matéria nessa comissão.

Jayme Campos destaca que o projeto pretende aperfeiçoar a legislação nacional para coibir o tráfico e o consumo de drogas no país. Ele também destacou que a proposta “foi feita por várias mãos” e surgiu com a iniciativa de um grupo de juízes de Mato Grosso que atuam na área criminal.

— Estamos numa região que tem 700 quilômetros de fronteira seca: Brasil e Bolívia. Lá, talvez, por falta de conhecimento, de informação, o crime aumentou sobremaneira. Ali é o maior corredor de entrada do tráfico. O projeto tem o objetivo maior de tipificar o narcocídio — enfatizou o senador.

Segundo ele, um levantamento do Fórum Nacional de Segurança Pública aponta há no Brasil cerca de 72 organizações ligadas ao tráfico de drogas, com faturamento de

aproximadamente US\$ 76 bilhões.

Sérgio Moro disse que a proposta veio de magistrados de Mato Grosso que estão acostumados a lidar com o tráfico de drogas.

— A essência do projeto é criar esse novo tipo penal, o narcocídio, que é o assassinato vinculado ao tráfico de drogas. É extremamente meritório, não só pelo agravamento da conduta, mas por constituir o meio mais eficaz para combater a violência inerente ao mundo das drogas.

Narcocídio - O projeto inclui na legislação um dispositivo para tipificar o “narcocídio”. O termo — que não era citado no projeto original de Jayme Campos — se refere aos crimes de lesão corporal ou morte praticados durante a cobrança de devedores do tráfico ou durante a disputa por territórios “com a intenção de garantir o êxito ou o proveito econômico do tráfico ou de preservar a continuidade dessa atividade”.

A pena prevista na proposta é de 20 a 30 anos de prisão e multa de 2 mil a 3 mil “dias-multa” (unidade usada pelo juiz para fixar o valor da multa). Se houver associação de duas ou mais pessoas para cometer esses crimes, as penas serão de 3 a 10 anos. Mas, se houver violência, as penas poderão chegar a 30 anos.

Coação criminosa no tráfico - Atualmente, pode resultar em prisão de 3 a 10 anos os crimes de fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, pos-

suir, guardar ou fornecer maquinário ou instrumento para lidar com drogas.

Em seu parecer, Sérgio Moro acrescentou a tipificação da coação criminosa no tráfico: empregar violência ou grave ameaça relacionada ao comércio de drogas, além de impedir a repressão ao tráfico, poderá gerar prisão de 4 a 10 anos. Se houver lesão corporal grave, a previsão será de prisão de 5 a 12 anos; se a lesão for gravíssima, de 7 a 18 anos; e, se houver morte, de 20 a 30 anos.

O texto determina que o processo e o julgamento do crime de coação no tráfico devem obedecer às disposições relativas ao procedimento comum dos crimes punidos com reclusão, da competência do juiz singular.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) disse que concorda com a criação do tipo penal, mas apresentou algumas ressalvas, que não foram acolhidas por Moro.

— Eu sei que o que normalmente acontece na coação do tráfico é execução mesmo, é intencional a morte. E aí o animus não é a título de culpa, é a título de dolo — ponderou Contarato.

Contarato também argumentou que a competência do Tribunal do Juri é constitucional, e que nesse caso a decisão não deveria caber ao juiz singular.

Moro respondeu que há uma solicitação para que isso seja colocado em julgamento pelo juiz profissional, para que não haja qualquer represália aos membros



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

do Tribunal do Júri pelo crime organizado.

Processo - O texto também faz ajustes no andamento da instrução criminal, especificando as possibilidades de rejeição liminar da denúncia e de absolvição sumária do réu.

Atualmente, a Lei de Drogas expressa que a União dará uma destinação aos produtos provenientes de perdimento por conta de crimes com drogas. O projeto deixa claro que os estados também poderão dar uma destinação a esses bens, caso o processo ocorra na Justiça Estadual.

De acordo com a proposta, a responsabilidade de destinar os bens apreendidos e não leiloados

competirá à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, do Ministério da Justiça, no caso de bens perdidos em favor da União, e ao órgão estadual competente, no caso de bens perdidos em favor dos estados.

Foi acrescentada ainda emenda para que, quando a autorização judicial recair sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão ao qual tenha deferido o uso ou custódia, ficando este livre do pagamento de multas e impostos.

Crimes hediondos - Sérgio Moro acrescentou uma emenda para alterar a Lei dos Crimes He-

diondos. O objetivo é determinar que o novo crime a ser tipificado pelo projeto também seja considerado crime hediondo, “em virtude da gravidade das condutas ali previstas e da necessidade de punição e reprimenda estatal mais rigorosa”.

— Não há dúvida de que a Lei 11.343, de 2006 [Lei, representou um significativo avanço no tema, trazendo tipos mais adequados e penas mais justas às mais variadas condutas que, outrora, eram tratadas de forma similar. Contudo, em alguns pontos os critérios legais para a tipificação dos delitos e para aplicação da lei necessitam ser melhor definidos — afirmou o relator. (Agência Senado)

Patrulha de prevenção à violência doméstica conclui projeto “jovens em foco: consciência e transformação”

Na última sexta-feira, 16 de maio de 2025, foi encerrado o projeto “Jovens em Foco: Consciência e Transformação no Combate à Violência Doméstica”, promovido pela Polícia

Militar de Bocaiuva. A iniciativa foi desenvolvida na Escola Estadual Américo Caldeira Brant, localizada no mesmo município.

Iniciado em 16 de abril deste ano,

o projeto contou com uma programação diversificada, incluindo palestras, debates, dinâmicas em grupo, quiz interativo com gincana, teatro e uma campanha de conscientização com

exposição de cartazes. As atividades tiveram como principal objetivo promover o conhecimento e a reflexão entre adolescentes e jovens sobre a violência doméstica, incentivando ati-

tudes transformadoras.

Cerca de 90 estudantes do ensino médio participaram do projeto e receberam certificados de conclusão.

A iniciativa fortaleceu a parceria

entre a Segurança Pública e a Educação, promovendo a participação ativa dos alunos e contribuindo para a construção de uma cultura de respeito e prevenção à violência.

Suspeito de tráfico de drogas é preso em Francisco Sá

Um jovem de 22 anos foi preso na madrugada de ontem (21) em Francisco Sá, suspeito de tráfico de drogas. Com ele, a Polícia Militar apreendeu 163 (cento e sessenta e três) buchas de maconha.

Durante patrulhamento pelo bairro José Maria Alkimim, em Francisco Sá, equipe de militares abordou um jovem de 22 anos. Com ele os militares encontraram

uma bucha de maconha e R\$ 20,00 (vinte reais) em dinheiro.

Inicialmente, o suspeito disse os militares que a droga seria para consumo próprio. Porém, após relato de várias denúncias envolvendo o nome dele como possível suspeito de tráfico, o jovem disse aos militares que realmente vendia as substâncias e em seguida levou os policiais até um lote vago próxi-

mo ao local onde ele estava. Lá, o rapaz pegou uma sacola contendo mais 162 (cento e sessenta e duas) buchas de maconha. Na sacola, tinha ainda um tablete da mesma substância.

Diante dos fatos, foi garantido ao jovem todos seus direitos constitucionais e em seguida ele foi conduzido até a delegacia de polícia para as demais providências.



MONTES CLAROS

Militares apreendem drogas e prende jovem suspeito de tráfico no bairro Major Prates

Polícias militares do 50º Batalhão em Montes Claros, prenderam na noite de ontem (21), um jovem de 20 anos suspeito de tráfico de drogas no bairro Major Prates.

Durante o turno de serviço, equipe de militares foram acionados para atender uma possível ocorrência de vias de fato e agressão no bairro Major Prates. Porém,

durante atendimento desta ocorrência, quando em deslocamento para o local dos fatos, um jovem que estava sentado na calçada, ao perceber a presença policial, levantou-se e saiu correndo, porém foi alcançado e abordado por um dos militares.

Durante busca pessoal, foi localizado com o rapaz, 02 (duas)

buchas de maconha e a quantia de R\$ 106,00 (cento e seis reais). Na calha e no telhado de uma casa, próximo onde ele estava sentado, os militares encontraram 31 (trinta e um) papéletes de skank, 08 (oito) pedras de crack e outras 23 (vinte e três) buchas de maconha. O jovem foi preso e encaminhado à delegacia de polícia

Ministério da Saúde destaca Santa Casa Montes Claros como modelo de excelência na descentralização do atendimento oncológico



A Santa Casa Montes Claros recebeu, nessa quarta-feira (20), a visita técnica da equipe do Ministério da Saúde. O objetivo foi entender de perto o funcionamento do serviço de oncologia da instituição, que é referência para os 86 municípios do Norte de Minas. Os técnicos do Ministério da Saúde demonstraram interesse especial no projeto de expansão do atendimento oncológico para o município de Taiobeiras (MG), onde já é oferecido o serviço de oncologia clínica. O modelo implantado pela Santa Casa em 2023 chamou a atenção da equipe técnica, que buscava entender como a instituição estruturou essa extensão para que sirva de referência para outras regiões do país.

De acordo com o superintendente Maurício Sérgio Sousa e Silva, atualmente, o hospital atende cerca de 1.500 pacientes oncológicos por mês via SUS somente em

Montes Claros. Estes pacientes são oriundos de diversos municípios da região. Já em Taiobeiras, aproximadamente 300 pacientes fazem o tratamento oncológico. “O serviço em Taiobeiras, além de atender moradores do próprio município, também atende pacientes dos municípios de Berizal, Rio Pardo de Minas, Indaial, Fruta de Leite, São João do Paraíso e Vargem Grande do Paraíso. Ou seja, anteriormente, todos estes pacientes estariam em tratamento em Montes Claros se não fosse a extensão do serviço de oncologia”, ressaltou Maurício Sérgio.

Questionado pela equipe técnica do Ministério da Saúde sobre o motivo pelo qual a Santa Casa investiu na expansão do atendimento oncológico SUS, o superintendente destacou que a iniciativa levou em consideração a humanização do atendimento, a distância geográfica

ca e a parceria do hospital com os municípios envolvidos. “Por exemplo, o paciente de Berizal precisava percorrer cerca de 5h de viagem no transporte da saúde até Montes Claros para fazer o tratamento. Isso dá aproximadamente 325 km via BR-251”, reforçou.

Para Maurício Sérgio, a visita reforça, mais uma vez, a importância e o pioneirismo da Santa Casa Montes Claros no cenário da saúde pública nacional, fortalecendo o papel da instituição como referência na disseminação de boas práticas na atenção oncológica e gestão hospitalar. Durante a visita, o superintendente aproveitou a oportunidade para fazer uma apresentação institucional da Santa Casa, na qual destacou a relevância da unidade como o maior complexo hospitalar do Norte de Minas, reconhecido nacionalmente pelo alto grau de excelência na assistência à saúde,

pelo modelo de gestão e pelo compromisso com a qualidade de vida da população atendida.

A apresentação evidenciou que a Santa Casa Montes Claros possui importantes credenciamentos e atua como referência regional e macrorregional em diversas especialidades. Dentre os principais destaques, estão:

- Hospital Geral Tipo III em Urgência (MS).
- Hospital de Ensino e Pesquisa.
- Hospital Amigo da Criança.
- Estabelecimento Nível C em Transplantes (MS).
- Hospital Valor em Saúde, com abrangência macrorregional (SES-MG).

A instituição também é referência em serviços de alta complexidade, como:

- Gestação de Alto Risco (CTI Neonatal, Berçário e Maternidade).
- Transplantes de Rim, Fígado,

Córnea, Medula  ssea, Musculoesquelético, Rim-pâncreas e Implante Coclear (em credenciamento).

- Cardiologia Intervencionista e Cardiovascular.
- Nefrologia.
- Neurologia e Neurocirurgia.
- Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), com Radioterapia e Oncologia Pediátrica.
- Centro de Referência em Queimados.
- Ortopedia e Traumatologia, Ortopedia e Traumatologia.

A instituição também mant m clínicas 24 horas presenciais e/ou alcan aveis, com cobertura em diversas especialidades como Cardiologia, Cirurgias de alta complexidade, Neurocirurgia, Gineco-obstetrícia, Radiologia, entre outras. Outro ponto de destaque foi o reconhecimento da Santa Casa como a primeira Santa Casa do Brasil a conquistar a certificação em Excelência

Nível III, reafirmando seu compromisso com os mais altos padrões de qualidade e segurança assistencial.

Além da equipe técnica do Ministério da Saúde, composta por José Barreto, coordenador-geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer - PNPCC, e S nia Regina Azis de Moura da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente - SVSA; também acompanharam a visita a superintendente regional de saúde, Dhyeime Thauanne Pereira Marques, o secretário municipal de saúde de Montes Claros e membro da diretoria do CONASEMS MG, Eduardo Luiz da Silva; o secretário executivo do Conselho Nacional de Secretárias municipais de Saúde - CONASEMS, Mauro Guimarães Junqueira; Rodrigo Cesar Faleiro de Lacerda, Técnico CONASEMS; Luciana Toledo e Luciana Vieira, também do CONASEMS. (Ana Paula Paixão)

Compromisso com a saúde de quem é prioridade: **sua família!**

O atendimento **Pediátrico** está de volta ao **Pronto Atendimento** do maior complexo hospitalar do Norte de Minas Gerais.



Reforçamos nosso time de pediatria para oferecer um atendimento ainda mais humanizado, seguro e dedicado às nossas crianças.

Consulte nossos convênios em:
www.santacasamontesclaros.com.br
(38) 3229-2000



*Atendimento a partir do dia 01/05/2025 via convênios e particular

RESUMO DE *Novelas*



Bartolomeu avisa a Raquel que um crítico de gastronomia visitará o restaurante. Maria de Fátima recebe um anel de compromisso de César. Afonso decide não trabalhar mais na TCA. Poliana, Raquel e Gilda comemoram seu restaurante cinco estrelas.

Odete contrata Igor, o mesmo personal trainer de Afonso. Renato avisa a Solange que Odete se vingará de Afonso por trabalhar para outra empresa. Igor pede que Odete não conte a Afonso sobre os dois. Afonso ofende Odete. Odete desmaia, e Eugênio e a família a socorrem.



Jaques. Marlon pede que Leo supere a morte de Sophya. Leo se reaproxima de Davi. Danilo ajuda Filipa a escolher a peça que irá montar. Rosa confronta Abel sobre o patrocínio a Filipa. Leo pede um beijo a Davi. Dara retorna à batalha de rima, e Jeff gosta.

Jaques confessa que Filipa dormiu em sua casa, e Tânia se irrita. Abel decide patrocinar uma peça de teatro de Filipa, que fica exultante. Dara e Jussara pressionam Marlon a responder às mensagens de Kamila. Leo fica sentida com a aproximação de Marlon e Kamila. Tânia oferece um jantar a Ricardo, para provocar



original de Clarice. Talia provoca Jacira. Edu comete erros no trabalho. Juliano depõe sobre a morte de Valéria, e acusa Clarice de tê-la assassinado.

PROGRAMAÇÃO

TV GAZETA



‘Não era o momento’: senador Cleitinho pede desculpas após tietar Virginia Fonseca na CPI das Bets e explica pedido de vídeo

Senador reconheceu que errou ao interromper depoimento de Virginia Fonseca na CPI das Bets e justificou atitude como resposta a um pedido da filha.

‘Não era o momento’: senador Cleitinho pede desculpas após tietar Virginia Fonseca na CPI das Bets e explica pedido de vídeo

O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), em dado momento, pediu se Virginia poderia gravar um vídeo para sua esposa e filha.

Virginia Fonseca depôs na CPI das Bets e surpreendeu por declaração

O depoimento de Virginia na CPI das Bets agitou internautas

Virginia Fonseca se afirmou ‘nervosa’ ao dar depoimento na CPI das Bets

O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) virou assunto nas redes sociais e na imprensa após interromper o depoimento da influenciadora Virginia Fonseca na CPI das Bets para pedir que ela gravasse um vídeo para sua família. Nesta semana, ele usou a tribuna do Senado para pedir desculpas pela atitude, que classificou como um erro motivado pela emoção.

“Minha filha me pediu para poder mandar um vídeo para ela e eu me levantei aqui. Não era o local, não era o momento”, afirmou Cleitinho na última terça-feira (20). “Eu agi na hora da emoção, eu não usei a razão, eu fui impulsivo naquele momento ali”, completou, admitindo que sua conduta foi inadequada.

Senador explica pedido de vídeo para Virginia

A abordagem do senador a Virginia causou constrangimento na CPI e provocou dúvidas sobre a verdadeira motivação do gesto. Inicialmente, Cleitinho disse ao portal Metrô, logo após o depoimento da influenciadora em 13 de maio, que a iniciativa partiu de sua esposa: “Minha esposa viu que eu estava lá e mandou uma mensagem para mim pedindo para fazer um vídeo. Como é que eu vou desobedecer a ordem de uma mulher, gente?”.

Porém, pouco mais de uma semana depois, em nova sessão da CPI no dia 20 de maio, o senador alterou a versão e afirmou que o pedido partiu, na verdade, de sua filha: “Minha filha me pediu para poder mandar um vídeo para ela”. Ele ainda reforçou o arrependimento: “Não era o local, não era o momento, então venho como homem público, como pai, como político, pedir desculpas a todos vocês que estão presentes aqui e à população brasileira”.

‘Fui muito ausente na vida da minha filha’

Durante sua fala no plenário, Cleitinho também se emocionou ao justificar sua atitude, relatando a dificuldade em conciliar a vida política com a paternidade. “Eu entrei na política tem oito anos e a minha filha está com 12 anos agora. Quando eu entrei era de três a quatro anos que ela estava fazendo. O que aconteceu? Eu fui muito ausente na vida da minha filha. Então toda vez que ela me pede alguma coisa para fazer, eu tento fazer na hora”, explicou.

Apesar do pedido formal de desculpas, Cleitinho reiterou que mantém seu posicionamento a respeito das apostas online: “Eu não tiro uma vírgula do que eu falei na CPI das Bets. Quem aprovou essa porcaria foi o Senado, o Senado que autorizou, então o que eu quis falar naquela hora ali é que político não tem que apontar o dedo para qualquer influenciador que for lá na CPI para falar que está divulgando apostas, porque é regulamentado, é legalizado”.

Cleitinho pediu para Virginia parar de divulgar jogos online

Durante a polêmica interrupção do depoimento de Virginia, Cleitinho aproveitou para fazer um apelo à influenciadora, pedindo que ela deixasse de divulgar casas de apostas e priorizasse os produtos de sua marca. “Eu queria falar para você, se tocar seu coração... como cristão... você não precisa mais disso. Acaba com isso, não faz mais esse tipo de propaganda e divulgação. Divulga seus pré-treinos. Inclusive, tomei seu pré-treino hoje. Maravilhoso”, declarou, na ocasião.

Antes de encerrar a fala, o senador ainda pediu: “Você pode mandar um abraço para a minha esposa e para a minha filha?”.

Virginia rasgou elogios ao senador após depoimento

Após o episódio, Virginia Fonseca se pronunciou pelas redes sociais e surpreendeu ao elogiar o senador. “O cara é um fenômeno, devia ser estudado pela Nasa. Na hora que ele ‘hablou’, amor, ele ‘hablou’ muito, foi muito bom”, brincou a influenciadora, que atualmente tem contrato com casas de apostas.

A presença de Virginia na CPI das Bets se deu justamente pelo envolvimento dela com esse tipo de publicidade. Segundo reportagem da revista Piauí, contratos desse segmento preveem a chamada “cláusula da desgraça”, que vincula o ganho do influenciador às perdas financeiras dos apostadores — prática criticada por especialistas e que está no centro das investigações da comissão.

Projeto sobre proteção legal a símbolos de clubes esportivos vai à Câmara

A Comissão de Esporte (CEsp) aprovou, nessa quarta-feira (21), em decisão terminativa, projeto de lei que garante a organizações esportivas em todo o país a propriedade e o uso exclusivo de seus sinais distintivos. Esse projeto (PL 3.074/2024), do senador Carlos Portinho (PL-RJ), recebeu parecer favorável do senador Chico Rodrigues (PSB-RR) e, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado, seguirá para análise na Câmara dos Deputados.

A proposta altera a Lei Geral do Esporte para garantir a proteção legal a qualquer sinal distintivo — como nome e símbolo, independente de registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) —, dando aos clubes o direito de fazer o uso comercial desses símbolos. De acordo com o texto, as mesmas regras serão aplicadas ao nome ou ao apelido de atleta profissional, que passam a ser de sua propriedade exclusiva.

O projeto também revoga artigo da Lei Pelé que abordava a mesma

questão.

Segundo o autor da proposta, embora a Lei Pelé já garantisse a clubes e atletas os direitos sobre símbolos e denominações, independentemente de registro, muitos clubes registram esses sinais distintivos para evitar questionamentos sobre contratos. “Propomos aprimoramentos ao texto legal a fim de aumentar a segurança jurídica dos contratos de licenciamento de uso do patrimônio imaterial das organizações esportivas”, afirma Portinho.

Chico Rodrigues, relator da matéria, concorda com essa avaliação — de que a medida vai garantir mais segurança jurídica aos clubes. Na avaliação dele, a Lei Geral do Esporte, que é a legislação de referência para o esporte brasileiro, ainda não trata adequadamente da proteção legal dos sinais distintivos.

— Considerando que a indústria esportiva é composta por múltiplos agentes, tais como atletas individuais, equipes, associações e federa-

ções, que podem se organizar nas esferas local, regional, nacional e até mesmo internacional, fortalecer a proteção dos direitos de propriedade intelectual pode impactar significativamente esse importante setor econômico.

O relator também destacou que a proposta substitui os termos “denominação” e “símbolos”, usados na Lei Pelé, por “sinais distintivos”, que ele considera mais abrangente e mais adequado para fortalecer os direitos de propriedade intelectual da indústria esportiva.

Ainda durante a discussão da matéria, o relator acatou emenda de Carlos Portinho para “assegurar às organizações esportivas o direito de ação em qualquer tempo”. Ele citou o exemplo de uma ação que foi movida contra uma loja que fazia uso de um símbolo de um grande clube — durante o processo de contestação, o juiz decidiu pela prescrição da ação porque, segundo o magistrado, a organização “perdeu o direito de agir”. (Agência Senado)



SAULO LO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Cruzeiro lidera o Brasileirão Feminino com a melhor campanha da sua história

O Cruzeiro segue invicto no Brasileirão Feminino e soma 29 pontos em onze rodadas. A campanha impressiona não apenas pelos números, mas também pelo desempenho em campo: é o melhor desde o acesso à elite, em 2020.

Com a vitória por 3 a 1 sobre a Ferroviária no último

sábado (17), o time mineiro garantiu classificação antecipada para a fase eliminatória e se manteve na liderança da competição.

A meio-campista Pri Back, de 33 anos, vive sua primeira temporada nas Cabulosas, após anos defendendo as cores do Grêmio, e celebra a boa fase.

— É um momento espetacular, fizemos grandes jogos até aqui e graças a Deus conseguimos a classificação antecipada, é uma campanha histórica do Cruzeiro. É de se comemorar sim, mas não deixando de manter o foco, manter a concentração, porque ainda tem muito campeonato pela frente. Mas pode ter certeza que vamos continuar traba-

lhando, com os pés no chão, pra seguir fazendo um bom trabalho — diz ela.

Até o fim da primeira fase, o Cruzeiro pode alcançar 41 pontos, caso vença as quatro partidas restantes. De toda forma, a campanha da Raposa já superou a pontuação de 2024, quando somou 24 pontos em 15 rodadas. (Lance!)

Cuiabá aciona Banco Central contra dono da SAF do Atlético por dívidas

O Cuiabá oficializou uma representação junto ao Banco Central do Brasil contra Rubens Menin, sócio majoritário da SAF do Atlético e controlador da Galo Holding, empresa que administra o futebol do clube mineiro. A iniciativa da equipe mato-grossense tem como base dívidas pendentes com outros clubes, entre elas valores referentes à contratação do atacante Deyverson.

Na manifestação enviada à autoridade monetária,

o Cuiabá solicita que o Banco Central analise a situação econômico-financeira de Menin, que também é proprietário de uma instituição financeira. O objetivo é verificar se as dívidas acumuladas pelo Atlético-MG e suas empresas controladas podem comprometer a conformidade exigida de controladores de bancos no país.

O pedido do Cuiabá cita dispositivos do Conselho Monetário Nacional que condicionam a autorização de funcionamento de instituições financeiras à análise

se da capacidade financeira e da idoneidade de seus controladores. O clube entende que o passivo da Galo Holding pode impactar negativamente a governança, a liquidez e a integridade do Banco em que é dono.

A informação foi revelada pelo jornalista Venê Casagrande, que teve acesso ao documento que o Departamento Jurídico do Cuiabá enviou ao Banco Central.

- Dono de Banco, pelas leis brasileiras, não pode ter nenhum tipo de dívida, senão isso é considerado

DEFAULT (No mercado financeiro, default significa calote ou moratória. Embora o termo seja mais utilizado quando se fala de países, ele se aplica também ao meio empresarial. Ou seja, empresas que atrasam ou não honram pagamentos junto a bancos e demais credores também podem entrar em default.) por parte deles - disse.

Até o momento, Rubens Menin e Atlético se pronunciaram oficialmente sobre o caso. (Lance!)

Medalhão pode ser cortado de pré-lista de Ancelotti para Seleção

Um jogador que disputou a final da Europa League, entre Tottenham e Manchester United, e que provavelmente seria convocado por Ancelotti, novo técnico da Seleção Brasileira, pode ser cortado da lista. Trata-se de Richarlison, que, apesar de ter feito um bom jogo, saiu no segundo tempo por conta de um desconforto físico e deu lugar a Heung-Min Son na decisão da competição.

Richarlison começou como titular e foi um dos destaques do duelo. Apesar de não ter participado do gol, o jogador foi bastante elogiado pela sua garra em campo. No entanto, aos 22' do segundo tempo, o brasileiro sentiu um desconforto e foi substituído.

Richarlison era um dos jogadores da pré-lista de Ancelotti, que foi vazada. O brasileiro podia ser um dos atletas convocados por Ancelotti para os confrontos

contra o Equador e Paraguai, nos dias 5 e 10 de julho, respectivamente, pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2026. A última convocação do atacante foi em outubro de 2023, quando Fernando Diniz era o comandante da Seleção Brasileira. Na ocasião, Richarlison entrou nos acréscimos, substituindo Neymar, que havia se lesionado.

Depois de 17 anos, o torcedor do Tottenham final-

mente pode gritar “É campeão!”. Nessa quarta-feira (21), o time londrino venceu o Manchester United por 1 a 0 e foi campeão da Europa League. O jogo foi realizado no Estádio San Mamés, em Bilbao (Espanha), e teve gol de Johnson. O último título do Tottenham havia sido em 2008, na Copa da Liga Inglesa contra o Chelsea. Já o United concretiza uma de suas piores temporadas da história do clube. (Lance!)





A GARANTIA DE QUEM MAIS ENTENDE DE SEGURANÇA

(38) 3222 6578 - comercial@vigillaralarmes.com.br



É claro que vou comemorar meus 60 anos de jornalismo no final do ano, pois foi exatamente em setembro de 1965 que assinei oficialmente minha primeira coluna no extinto “Diário de Montes Claros”. Pretendo promover UM BAILE baseado nos anos dourados e com a elegância e o eterno GLAMOUR com as mulheres de longo, homens de terno e o famoso TAPETE VERMELHO como estão vendo nesta foto quando promovi a festa dos 90 anos da nossa inesquecível Dona Dina Paulino. Infelizmente, não será no AC que seria meu sonho e sim no grande salão “DUCA E NAZARÉ”. Uma maneira de homenagear DUCA LOPES PRATES que tanto me ajudou nas minhas festas.



Na série de grandes momentos da nossa EXPOMONTES, vejam aí os ex-presidentes que marcaram a história da monumental festa agropecuária: Rômulo Labarte, Lucas, Lucas Elmo Pinheiro, Dário Colares, Antônio Viana, Fábio Lafetá Rebello, Osmaninho Barbosa e Air Leles Vieira. Infelizmente, Lucas, Fábio e Air já partiram para o andar de cima.



E nestes destaques de filhos seguindo os passos dos pais, hoje minha homenagem vai para o grande empresário GILBERTO GUATER com o filho Guilherme que já comanda uma das unidades da empresa em Beagá. Vivas!

FRENTE A FRENTE

ARRAIAL ISOLADO

Estou sabendo que devido as chuvas está muito difícil viajar de ônibus ou de Automóvel para nosso querido Arraial D’ Ajuda. E avião só mesmo quem tiver muitos \$\$\$\$\$. A tarifa aérea está um absurdo rumo a Porto Seguro. Fica mais barato as pessoas viajem para o exterior principalmente para nossos vizinhos daqui da América do Sul.

ESPANTALHO

Janja é o nome e o espantalho. Sem cargo, mas com holofotes, a primeira-dama exerce protagonismo informal — e aí mora o desconforto. Janja encarna a contradição entre função simbólica e atuação política. Ela rompe com a tradição da discrição conjugal no poder.

PRIMEIRAS DAMAS DE CLASSES

Ao contrário de Ruth Cardoso ou Michelle Bolsonaro, Janja não opta pela discrição — e isso, num país rachado, cobra seu preço. O episódio Xi Jinping foi ruído. Já os ataques a Elon Musk revelam o custo de se confundir influência com institucionalidade. Lembro perfeitamente de um encontro de jornalistas que aconteceu na época do Presidente Figueiredo formos recebidos pela primeira Dona Durce Figueiredo. Super elegante e anfitriã de alta categoria cativou todos presentes. Já está atual Primeira Dama mostra sempre que não tem nenhuma classe e elegância. Faz tudo para aparecer.

JUROS ELEVADO

A redução da taxa de juros — fixada atualmente em 14,75% — não está no radar do Banco Central. O presidente da autarquia, Gabriel Galípolo, afirmou que a Selic deve “permanecer em um patamar restritivo por mais um tempo”. Ele citou o baixo nível de desemprego e o dinamismo da atividade econômica como razões para a manutenção dos juros elevados.

FIQUEM DE OLHO

Os responsáveis pelo meio ambiente precisam fiscalizarem mais a devastação do “Mentes Claros” que já não estão tão “claros”. Só no ver que não quer está inovações e por várias partes, tanto na frente como atrás dos morros. Estamos de olho!



Vejam como era bela e glamorosa a fachada do nosso histórico Automóvel Clube, quando realizávamos festas monumentais. Estou sabendo que o GRUPO PRÓ-VIDA do empresário José Nilson Bispo, ex-presidente da Amams, estaria negociando a compra deste imóvel que está praticamente abandonado. Se realmente for vendido, precisamos preservar pelo menos a fachada.



Emoldurado pelas lindas Flávia e Silvana.



Vitória Lenoir e Jeusa Melo expandindo charme na feijoada.



GRUPO de amigos que amo muito: Cristiano Cruz, Jota Avelino, Silvano e Sofia Tolentino.



Com as amigas Sandra Madureira, Leni Tolentino e Marly de Paula.



Bela foto de Ronaldo e Railda Mourão com toda família, faltando alguns netos ainda pequenos.

VAP VIP

O conhecido ANDRÉ ASA que fixou mesmo residência em Arraial D’ Ajuda, além de transporte em caminhão, iluminação dos mais importantes eventos, ele acaba de inaugurar um espetacular espaço de eventos no famoso Teatro L’Occitane em Trancoso. Sucesso!

O MAIOR estudo genético já feito no Brasil, liderado pela pesquisadora Kelly Nunes, revelou uma herança indígena mais expressiva do que se imaginava e um nível de diversidade genômica singular no mundo.

RICHARD e Jacqueline Parrela estão curtindo o Chile com suas montanhas nevadas. Em julho está em meus planos curtir o verão europeu onde o calor é insuportável, mas tudo é festa com muita gente animada e bela com seus bronzeados.

O STF tem reagido ao uso político das emendas. A prática revela como o Congresso transforma instrumentos coletivos em barganha municipalizada. Encontra resistência no Congresso.

PELO QUE TUDO indica teremos mais mudanças na imprensa de MOC. E falando em imprensa, existem pessoas que abrem colunas nas redes sócias e estão em todas dizendo serem “jornalistas”. Assessores precisam ficarem de olho, principalmente na época da EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA.

E VEM CHEGANDO a espetacular EXPOJANAÚBA que começa dia 30 com show de EDUARDO COSTA.